

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Martins, Guilherme Waldemar Pereira de Oliveira,
1952-

Da caracterização geográfica às origens históricas de Portugal

<http://hdl.handle.net/11067/7774>

<https://doi.org/10.34628/S4MX-GZ70>

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 09 (Janeiro-Junho 2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-03-14T17:15:15Z com
informação proveniente do Repositório

Da caracterização geográfica às origens históricas de Portugal

The portuguese culture from the geographic situation and from the origins of the State since the 12^o century

Guilherme d'Oliveira Martins

Professor Catedrático Convidado da Universidade Lusíada

Email: gom@cnc.pt

ORCID: 0000-0001-7807-0269

DOI: <https://doi.org/10.34628/S4MX-GZ70>

Summary

1. Quem somos? O que nos distingue uns dos outros? Que cultura?
2. Portugal é uma terra de contrastes, onde pontificam o Atlântico e o Mediterrâneo
3. O «*melting pot*» português envolve pessoas das mais diversas etnias e povos
4. O Estado-nação não desapareceu. Tornou-se mediador entre as regiões e localidades e a supranacionalidade europeia
5. Um país que se identifica
6. Bibliografia

1. Quem somos? O que nos distingue uns dos outros? Que Cultura?

Qual o significado dos sentimentos de pertença? Numa sociedade aberta e pluralista, as referências são diversas e complexas e o que temos de compreender é quais os elos capazes de caracterizar quem somos e de influenciar o que fazemos. As simplificações são enganadoras. Uma só pertença não nos pode caracterizar, até porque o “homem unidimensional” não permite fazer compreender a humanidade, limitando-se a uma caricatura incapaz de definir a cultura que formamos. Urge delimitar as fronteiras e os limites dentro dos quais se desenvolve a vida e a ação, que funcionem como catalisadores ou como motores de afirmação ou de emancipação.

Se Ortega y Gasset nos alertava para a necessidade de compreendermos as circunstâncias em que nos inserimos, como janelas abertas ao mundo e à ação, também nos obrigava a

superarmos a perspetiva empobrecedora do homem-massa. Em ambos os polos, desde o híper-egoísmo individualista à dissolução na multidão uniforme, devemos entender que a pluralidade de pertenças e que a aspiração universalista e cosmopolita à “vida digna” põe-nos perante o necessário equilíbrio entre o atomismo e a emergência da massa uniforme. Somos sempre várias referências, várias pertenças e várias atitudes e valores. Ainda que uma identidade que assumimos seja normalmente muito marcada, a verdade é que procuramos sempre uma síntese que parta da situação concreta e da particularidade para uma visão universalista. A História é sempre feita de movimentos centrífugos e centrípetos e nós, atores e figurantes, determinantes e determinados, criadores e criaturas, somos o resultado e a síntese que decorre desses encontros paradoxais.

É sabido que a cultura é uma realidade dificilmente definível. Referimo-nos à superação do estado de natureza, segundo uns, como se estivéssemos perante o fator que distingue o caos e o cosmos sociais, ou à realização da própria natureza de acordo com outros. O certo é que nos situamos normalmente na convergência entre fatores unificadores e fragmentários. Fala-se da sociedade culta como sociedade cultivada, mas fala-se também da cultura popular e de cultura erudita ou de um conceito étnico de cultura e de “cultura-aprendizagem” da sociedade educativa. A reflexão da cultura e da natureza pode ser vista, assim, à luz de diversas perspetivas, uma vez que a pessoa humana se afirma de várias maneiras. Cultura, no sentido etimológico tem a ver com

o cultivar da terra e com semear e colher, mas, com o tempo, passou a ter um sentido de culto e de “construção” (*bildung*) e passou a ligar-se ao próprio processo transformador da humanidade. Cultura e educação completam-se, a *paideia* grega e a *humanitas* latina (Cícero) significam o caminho de cada um se assumir como pessoa.

Há, pois, um primeiro fator na procura da identidade que é a busca de nós e dos outros na dignidade humana, a busca como fator de diferença e de pluralidade, e como apelo ao universalismo. A cidadania inclusiva dos nossos dias, a cultura dos direitos fundamentais, as responsabilidades cívicas, o capital social – tudo isso nos obriga a projetar, para além do isolamento egoísta, a defesa da pessoa humana. Dir-se-á, porém, que a pessoa não pode ser compreendida sem a comunidade concreta em que se insere, sem a pertença e sem os laços que a ligam aos outros membros desse grupo de proximidade. Sem dúvida que assim é, no entanto, não se trata de pôr primeiro a comunidade ou o indivíduo, mas de considerar a pessoa humana (“o outro que era eu”, de Ruben A.) como ponto de encontro entre o universalismo da dignidade e a diferença das várias pertenças – em lugar do primado das ligações à comunidade numa lógica exclusiva – e aqui a exclusividade significa exclusão, de que temos de nos demarcar. A cidadania dos antigos era, de facto, exclusiva, porque não reconhecia o direito de todos e porque não ligava igualdade e diferença.

A cultura é, assim, considerada como um lugar de encontro entre o que recebemos das gerações que nos antecederam, o património

construído e o património imaterial, os monumentos e as tradições, as pedras mortas e as pedras vivas, e o que criamos – o valor acrescentado que as novas gerações criam, a inovação, a experiência e a aprendizagem – lembrança, memória, inovação. A cultura é, assim, sementeira e construção, tradição e contemporaneidade, aprendizagem e transmissão de saberes, conhecimento e compreensão — receção e aspiração. Afinal a “destruição criadora”, de que fala Joseph Schumpeter, corresponde à dinâmica de criar, de substituir e de completar. Ao falar de cultura temos, por isso, de falar de memória, não da memória que conduz ao ressentimento, mas da memória que permite criar condições para o respeito e para a compreensão. Em lugar do excesso da memória deve cultivar-se a memória equilibrada e justa. O dever de lembrar obriga ao dever de ser justo. E numa Europa com muitos séculos de guerras civis, com a repetição e a recorrência de conflitos insanáveis temos de compreender a importância desse equilíbrio – entre a memória e a lembrança como fatores de coesão e de regulação pacífica dos conflitos. O conhecimento da História, o rigor crítico do seu estudo e da sua investigação, a sua aprendizagem, a valorização da História política constituem elementos de combate à indiferença e à ignorância. Longe dos mitos, a lembrança histórica é o começo da compreensão de quem somos e do que caracteriza a nossa cultura. A memória corresponde à exigência de cultivar as raízes, ao culto dos valores que não têm preço, aos fatores de coesão e ao alicerçar das instituições e dos instrumentos de regulação pacífica dos conflitos. A cidadania, que se liga à polis, à cidade, ao lugar de encontro e à decisão – a partir e para além do *oikos*, do lar e da casa (que encontramos na economia e na ecologia) – permite-nos despertar, seguindo a lembrança e a memória, a herança e um património comum, despertar para a liberdade, para a emancipação e para a responsabilidade. E aqui nos encontramos no cerne da *paideia* cívica, da aprendizagem cidadã e ética, do respeito pela dignidade da pessoa humana.

2. Portugal é uma terra de contrastes, onde pontificam o Atlântico e o Mediterrâneo.

“Portugal é mediterrâneo por natureza, atlântico por posição” (Pequito Rebelo). Por-

tugal é difícil de definir, pela complexidade e pela diversidade de elementos que caracterizam o país. Orlando Ribeiro escreveu em 1943 um belíssimo livro, pelo rigor da investigação e pela leveza da escrita, que constitui um *vade mecum* indispensável para quem queira conhecer a geografia de Portugal e, através dela, a nossa identidade.

“Disposto de través na zona mediterrânica, bem engastado numa península que é como a miniatura de um continente, o território português abre-se para o mundo por uma vasta fachada oceânica”. O traçado de viés é acompanhado de alternâncias climáticas e da coexistência do clima oceânico e da *secura quente*. E é a “vigorosa oposição das terras altas e montanhosas, cortadas de vales profundamente incisivos”, as repercussões no revestimento vegetal define uma terra de contrastes. Norte e Sul - o primeiro é atlântico, verdejante, húmido, com “gente densa”; o segundo mediterrâneo, com longos estios e escassamente povoado. Litoral e Interior - o país vai desde a verdura espessa, “banhada na luz doce e húmida” do noroeste até à aridez das terras de além Marão; desde a variegada aptidão rural do Vouga ao Sado ou do sul algarvio até aos monótonos descampados alentejanos... Terras altas e baixas, Serra e Ribeira, Campo e Monte, Montanha e Vale, Terra Alta e Terra Chã - assim define o povo a complexidade e as oposições, bem evidentes na economia e no povoamento. Desde a montanha húmida do norte e da economia agro-pastoril tradicional até aos relevos menos acentuados, secos e descarnados do sul, “onde o gado miúdo e as queimadas degradaram a floresta primitiva”, temos os traços de uma complementaridade e de uma coerência meridional. E, deste modo, a unidade de Portugal é em grande parte obra humana - que há mais de sete séculos define uma entidade política antiga e estável.

Orlando Ribeiro não se limita a interrogar a terra. Olha sempre as gentes e a sua vontade, procurando as “raízes antigas” da identidade. No fim do neolítico fala de três áreas de civilização - a do levante, a dos planaltos centrais e a da faixa oeste. E no Oeste peninsular recorda a “civilização megalítica ocidental”, ligada igualmente à Bretanha, ao País de Gales e à Irlanda. Aí estão os redutos célticos da Galiza e de Portugal. E a sul temos as influências dos povos mediterrânicos - fenícios, gregos, cartagineses e a “brilhante civilização indígena”

dos Tartessos no Guadalquivir. Os tempos vão revelando as diferenças e as ligações, as continuidades e as descontinuidades. Os *conventi* romanos, a organização administrativa dos suevos e dos visigodos, as desinteligências da monarquia goda, a invasão moura, a influência árabe, a reconquista, a coexistência das zonas estabilizadas dos reinos cristãos a norte e dos reinos taifas no meio-dia com uma zona intermédia de incerteza e de alternância de influências - tudo nos vai revelando uma multiplicidade de elementos, num curioso *melting pot*, que vai gerando a autonomia ocidental peninsular. José Mattoso encarregar-se-á, aliás, de lançar nova luz sobre essa encruzilhada de circunstâncias.

Portucale ou Portugale, junto à foz do Douro é a matriz do corpo político donde saiu o Estado português - um Estado que precede a Nação. O nome Portugal leva-nos à influência indo-europeia - o elemento *per* significa em sânscrito entrada. E *Gal* é a referência ao povo céltico - que encontramos na Capadócia (Galácia, Gálatas), em Istambul (Galatasaray), na Galícia (Cracóvia), na Gália, no País de Gales e na Galiza...

São os contrastes naturais que determinam a deslocação de populações. As vindimas do Douro, as ceifas da Terra Quente, a apanha da azeitona na Beira Baixa, as ceifas no Alentejo, a tirada da cortiça obrigavam a que houvesse movimentos internos, sazonais, de gentes. Nos arrozais são exímios os caramelos do Mondego e do Vouga, bem como os *gaibéus* do norte do Ribatejo ou os *avieiros* da foz do Liz... Ao Ribatejo e ao Alentejo chegam os *minhotos* e *pica-milhos*, os *beirões* e os *ratinhos*. E em Lisboa e na Caparica encontramos as *varinas* e *varinos* de Ovar, como é bem de ver, ao lado dos pescadores de Ílhavo. E em Azeitão, Orlando Ribeiro descobre a curiosíssima distinção entre os *caramelos de estar* e os *caramelos de ir e vir*, ou seja, os colonos permanentes e os migrantes periódicos. É este o entrecruzar de influências que reforça, aliás, o *melting pot* e a identidade portuguesa complexa e diversa. E a divisão regional? O *Norte Atlântico* é o “tronco antigo e robusto” da nação, dominado pela abundância de chuvas, pela riqueza da terra e pela vitalidade das populações. É uma região de intensa diversidade e de policultura. O Porto velho é o polo histórico indiscutível da região, mas Braga pontua como sede do velho arcebispado. A diversidade urbana

coexiste com a intensidade rural. As montanhas do Minho, as serras do Douro e do Vouga assemelham-se, mas o povoamento dá-lhes múltiplas facetas na atividade e nas tradições. O Noroeste é, desta forma, uma “unidade natural definida pelo predomínio dos caracteres atlânticos, unidade histórica mantida através de uma população antiga e densa que, pelo seu número e homogeneidade, veio a constituir o elemento aglutinante do Estado português”. Nesta síntese feliz, O. Ribeiro dá-nos o sinal das diferenças, que se unem e se completam, e dos elementos comuns. Sentimos a História a fazer sentido - e os reinos cristãos a espalarem-se naturalmente para a Beira Alta, em direção ao Mondego e à Cordilheira Central, passando pelo Dão vinícola e por Viseu e indo até à Estrela, “enorme reservatório de águas límpidas e de grandes desníveis”.

No *Norte Transmontano* “a paisagem carrega-se de tons severos, cinzentos, acastanhados. A luz torna-se mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída”. Para cá do Marão, mandam os que cá estão! O arvoredo rareia. Desapareceram os castanheiros, atacados da moléstia chamada da tinta, a batata, vinda da América, cultivava-se no planalto. A Terra Fria e a Terra Quente marcam uma paisagem de extremos. Nas vertentes do Douro, os matagais deram lugar no séc. XVII aos formosos vinhedos do “vinho fino”, nos terrenos de xisto. A Régua é o epicentro e dali sai o vinho, Douro abaixo, nos rabelos, para se tornar do *Porto*, sob os auspícios da colónia britânica. A praga da filoxera em meados do século XIX dizimou as vinhas. Algumas foram substituídas por amendoeiras e oliveiras. Mas o vinho continuou a ser o grande símbolo da região, que ainda se lembra a memória do Barão de Forrester, morto no Douro, quando a Ferreirinha, D. Antónia, se salvou - as pesadas moedas dele, as saias amplas dela...

No *Sul*, o Alentejo singulariza-se pela monotonia da planície. Mas as terras meridionais são complexas e heterogêneas, começando na zona de transição do sopé da Cordilheira Central, a sul do Fundão, na Portela de Alpedrinha, onde a cova da Beira anuncia as planuras de além Tejo, indo, para oeste, através da planície aluvial do Mondego e da cidade de Coimbra até ao grande maciço florestal de Leiria. Depois, há o polimorfismo da Estremadura, os maciços calcários, os barros basálticos dos arredores de Lisboa, o microclima

“A criação de Portugal deve-se a um duplo movimento – de norte para sul na reconquista cristã e de sul para norte, na influência dos povos de língua árabe e dos moçárabes (cristãos arabizados)”

da romântica Sintra, a área de influência de grande metrópole mediterrânea e a península de Setúbal, o santuário natural da Arrábida e a sua floresta mediterrânea. Para leste, estão o Ribatejo, a lezíria, Santarém e o vale celebrado por Garrett em “As Viagens na Minha Terra”, que abre para sul na “imensidão de terra lisa ou apenas quebrada em frouxas ondulações...” Aí está Évora, “a cidade mais bela de Portugal”, no dizer do mestre, repositório vivo da história portuguesa. E vêm depois o Baixo Alentejo, dos reinos taifas, com Beja como centro, e os dois Algarves - a serra (de matagais maninhos, com sobreiros e medronheiros) e a orla marítima, lugar de encanto e amenidades - “nenhuma outra região portuguesa possui uma rede urbana tão antiga, tão densa e tão importante”, com uma profunda organização romana e muçulmana, tendo esta passado quase intacta ao domínio português...

3. O «melting pot» português envolve pessoas das mais diversas etnias e povos.

A criação de Portugal deve-se a um duplo movimento – de norte para sul, na reconquista cristã; e de sul para norte, na influência dos povos de língua árabe e dos moçárabes (cristãos arabizados). São o Atlântico e o Mediterrâneo responsáveis por este dualismo e complementaridade. “Em Busca da Lisboa Árabe” da autoria de Adalberto Alves (2007)

é um roteiro que permite o contacto com as reminiscências árabes de uma cidade cuja história só pode ser compreendida pela consideração dessa influência marcante. E é muitas vezes surpreendente verificar em que medida encontramos marcas e sinais que permitem demonstrar como o “cadinho” cultural português abarca uma grande diversidade de fatores e elementos, entre os quais avultam várias componentes - cristã, muçulmana, moçárabe e judaica. A verdade é que tal convergência de várias culturas pode explicar, como disse Jorge Dias, a nossa hospitalidade e a nossa abertura...Parta-se à descoberta dessas impressões digitais, e veja-se como Lisboa (símbolo dessa encruzilhada) se torna uma cidade multifacetada, aberta e cosmopolita, apesar das intolerâncias e dos momentos de cegueira e facciosismo. Lisboa tornou-se arabizada na sequência de um processo longo e complexo. E se é certo que muitas das fontes que nos ajudariam a compreender melhor cerca de oito séculos de presença árabe ininterrupta na cidade (714-1147) foram destruídas pela Inquisição, a verdade é que podemos ainda descobrir importantes referências. Trata-se de acompanhar a história da presença política árabe-muçulmana, desde o Emirato na órbita do Califado de Damasco (de 711 até 756), do Emirato independente de Córdova (756-929), do Califado de Córdova (929-1027), até aos primeiros reinos taifas, à decadência e à afirmação do Califado Almorávida (1028-1147). E foi este período de fragmentação que coincidiu com a “reconquista cristã” e que correspondeu ao progressivo retrocesso territorial do Al-Andalus, momentaneamente interrompido pela esperança almorávida (sobretudo aquando da Batalha de Zalaca, 1086), que, no entanto, conduziu à perda de autonomia do Al-Andalus convertido em mera província sob domínio almorávida. Os cristãos assumiram, ainda que fugazmente o domínio de Lisboa, mas depois perderam-no por cerca de quarenta anos. O retrato da cidade é feito de muitas palavras e culturas. Veja-se o rol das palavras para designar as principais frutas da cidade: albaricoque (al-barqûk), alperce (al-barj), laranja (al-nâranj), limão (laymûn), romã (rumman), tâmara (tamrah) e figo (tîn). Atente-se ainda no arroz (al-ruzz) ou na celeberrima alface (al-hass), símbolo dos lisboetas... E os almocreves (al-mukkâb) e arrais (al-rais-s), moçárabes, mouros e mouriscos eram os que

asseguravam o abastecimento da cidade. Os cidadãos chamavam-lhes saloios (de çalaio, imposto pago sobre o pão cozido). Os saloios chamavam ao da cidade “alfacinhas”, por estes cultivarem nas hortas alfaces). A grande cidade do século XVI, definitivamente destruída em 1755, baseou-se na antiga Lisbûna moçárabe, sobretudo na zona a leste do esteiro do Tejo, dentro da cerca moura, em redor da Alcáçova (al-qasbâ, o Castelo de S. Jorge), com uma grande mesquita e uma importante zona urbana (Alfama ou Al-hamma) – para além da zona de Al-cântara (palavra que significa ponte). Como é bem de ver, tudo soa a muito familiar, já que ainda hoje usamos muitas dessas palavras e dessas designações. A cidade foi marcada pelo campo e pelo mar, havia agricultores e pescadores, produção de fruta e cereais e construção de navios (na Ribeira das Naus). E não pode deixar de se recordar, sob a invocação do afamado geógrafo de Ceuta Al-Idrîsî, do final do século XI, a Lenda dos Aventureiros de Lisbûna, segundo a qual teria havido navegações até às Canárias de intrépidos navegadores da cidade do Tejo. As embarcações tradicionais do Tejo são fragatas, canoas, faluas e catraios. Adalberto Alves fala-nos de uma cidade de saber, de espiritualidade e de tolerância, merecendo referência intelectuais como Ibn Muqânâ (o poeta nascido em Alcabideche), Ibn Isma’il (também conhecido como al-Taytal), Ibn Sawwâr e Ibn Ibrâhim Al-Fihri, o vizir que “era a alma da região e o seu salão em Lisbûna ponto de encontro da prosa e da poesia”. É inesgotável a matéria que podemos encontrar e as novas pistas para outras investigações e peregrinações. Na célebre carta de Raul a Osberto de Bawdsey lê-se: “Lisbûna é o mais importante entreposto comercial de toda a África e de uma grande parte da Europa, tendo sessenta mil homens que pagam tributos, fora os que não estão sujeitos a tal pagamento”. A cidade é apetecível. Os combates de 1147 foram duros e renhidos. Segundo Borges Coelho, a conquista “constituiu uma catástrofe para a cidade, uma das maiores, senão a maior, se excetuarmos o terramoto de 1755”. No entanto, depois desse momento, a presença moura manteve-se. Houve muçulmanos expulsos para os arrabaldes, mas também houve a emergência dos mouros forros (sendo “garantida aos mudéjares – muçulmanos submetidos à soberania cristã – não só liberdade e prote-

ção, como também as condições do seu exercício, ou seja, o direito a Foro próprio e a garantia de não serem importunados, fosse por cristãos, fosse por judeus”). A Mouraria era o espaço físico destinado à comuna dos mouros forros (livres), que tinham de se sujeitar a regras de diferenciação (traje e tonsura, ostentação do crescente), a tributos e atributos, da condição de vencidos. No entanto, parece ter havido uma apreciável tolerância entre as comunidades cristã e moura, que até permitiu em diversas ocasiões aligeirar as regras mais estritas. Havia, aliás, mouros que exerciam as funções de oficiais do rei, é certo que apenas honoríficas, além de beneficiarem de doações e benefícios do monarca. Isto ocorreu até ao momento trágico de dezembro de 1496, data em que foi assinado o Édito de Expulsão dos Judeus e Mouros Forros... A partir de então a cidade em geral, e a Mouraria em particular, procuraram apagar o vestígio muçulmano ou árabe e os mouros conversos passaram a ser conhecidos como “mouriscos”, encarregando-se de tarefas menores na cidade...

O árabe é a língua religiosa e cultural. Os habitantes do Magrebe (o Ocidente; do mesmo modo que Al Gharb do Al-Andaluz, significa o Ocidente da Andaluzia) no Norte de África são de origem indo-europeia, tendo origem semelhante à dos europeus do sul da península – designadamente os vândalos da Andaluzia. Os europeus designam-nos como berberes, que são os bárbaros do sul... As palavras bárbaro e berbere têm a mesma origem – aqueles cuja língua não entendemos... Na comunidade moura há muçulmanos (que seguem o Islão), há judeus e cristãos (moçárabes). As comunidades puderam enriquecer-se neste diálogo artístico, cultural. A presença da cultura árabe na Península Ibérica termina em 1492, data da queda de Granada e da chegada de Colombo à América... Foi no auge da diversidade do mundo de língua árabe que os grandes filósofos gregos, como Platão e Aristóteles, além das muitas descobertas científicas vindas do Oriente, regressaram à Europa pela mão dos grandes pensadores do Mediterrâneo (como Avicena e Averróis)... Depois, houve um grande decaimento cultural das cidades e das suas referências. Na abertura de horizontes pela Península Ibérica, urge compreender que o apelo à aventura, na linha de Ibn-Batuta (1304-1377), encontra aqui uma das suas origens com motivos para desenvolver-se e aprofundar-se.

4. O Estado-nação não desapareceu. Tornou-se mediador entre as regiões e localidades e a supranacionalidade europeia.

É um erro pensar-se que a crescente (e inevitável) internacionalização e o cosmopolitismo, que lhe é inerente, contêm em si a condenação do Estado-nação. Importa, porém, sermos claros na afirmação de que o que está em causa hoje não é a mitificação de um “fim da história nacional”, como se o Estado herdado da Paz de Vestefália (1648), da “Primavera dos Povos” (1848) ou dos conflitos sangrentos da nova guerra dos trinta anos do século XX (1914-1945) fosse o alfa e o ómega da vida política e cívica contemporânea. Não é o Estado-nação mítico e heroico que importa, mas o espaço público onde se afirmam o primado da lei e do direito e a salvaguarda constitucional de direitos, deveres, liberdades e garantias e a mediação das instituições que não poderá ser esquecido ou menosprezado. Se lermos a Carta das Nações Unidas (1945) percebemos que a soberania é partilhada, uma vez que o direito de fazer a guerra e a paz é limitado. É importante que o tema da “identidade nacional” não se torne tabu indesejado, já que nenhuma engenharia institucional, por mais perfeita que seja, poderá substituir os elos ancestrais que ligam os cidadãos às comunidades com raízes multisseculares. Daí que tenhamos de diferenciar, como fizeram Alexandre Herculano e Oliveira Martins, as noções de pátria, Estado e nação. São conceitos distintos. Pátria é o que nos distingue e une como nexos de consciência através das raízes culturais. Estado é a entidade jurídico-política que realiza o interesse público. Nação é a comunidade histórica onde nascemos e que define a nossa identidade. E num país em que o Estado precedeu a nação, e em que aquele formou esta, mesmo que devamos considerar as condições complexas que animaram esse processo, é fundamental que se não pense que tudo se pode confundir quando se fala das raízes ancestrais. A história dos povos ensina-nos que a desvalorização ou a incompreensão da diversidade cultural e da fecundidade da dimensão nacional gera uma sobrevalorização doentia do fenómeno, num processo semelhante ao que assistimos nas religiões, em que os relativismos alimentam os fundamentalismos. Depois do providencialismo vindo de antes do século XVIII prevaleceu a “tese voluntarista”

de Alexandre Herculano, segundo a qual Portugal se constituiu como nação moderna “sem ter em conta o mapa político anterior, em ruptura com o passado”. De acordo com a mentalidade individualista e liberal, o que emergiu no século XII foi o querer político da nobreza portugalense. Adolfo Coelho suscitou, porém, objeções a esse entendimento (centrado no puro ato de vontade) invocando as teses linguística e etnológica (designadamente a partir da relevância da toponímia pré-romana), bem como os testemunhos da Antiguidade sobre a especificidade do ocidente peninsular. Oliveira Martins, apesar de seguir o mestre Alexandre Herculano, demarcou-se de algum modo dele, sugerindo que a individualidade do ocidente peninsular provinha “de uma maior componente de sangue céltico, misturado com o sangue ibérico”, havendo, pois, uma multiplicidade de fatores influentes no “impulso nacional”, desde o separatismo dos barões de Entre-Douro-e-Minho às condições favoráveis para a definição do “destino marítimo nacional”. No entanto, o fundamental é a explicação através da nação-consciência, que se afirma por um ideal próprio e pelo querer ser independente. Teófilo Braga invocaria a diferenciação étnica – mas oscilaria entre as circunstâncias casuais e o determinismo étnico... Portugal é resultado da vontade e do mar, com referências à especificidade da população – construindo-se de Norte para Sul e de Sul para Norte, notando-se a prevalência galaico-portuguesa no primeiro vetor e a influência luso-árabe no segundo.

José Leite de Vasconcelos, com muitas cautelas, procurou descobrir um nexo de causalidade entre os povos pré-romanos (em especial os lusitanos) e a criação de Portugal, invocando a seu favor os estudos de Carlos Ribeiro, Martins Sarmento, Alberto Sampaio e Estácio da Veiga, que dariam os indícios e os sinais que desmentiriam a ideia de Portugal apenas como nação moderna. Houve ainda quem se centrasse sobretudo na ideia de “homogeneidade étnica” (António Sardinha, Ricardo Severo e Mendes Correia). Mas Jaime Cortesão falou de um processo de longo prazo – a partir dos “fatores democráticos”, que teriam na crise de 1383-85 um momento de “maioridade política” e de “plena expressão nacional”. A diferenciação social e linguística do ocidente peninsular seria anterior ao século XII, invocando Cortesão o “carácter cosmopolita, ecu-

ménico e universalista” da história nacional, do mesmo modo que as grandes transformações sociais europeias dos séculos XI a XIV teriam exercido especial influência. Já António Sérgio demarcou-se das explicações do nacionalismo tradicionalista: estaríamos, sim, perante uma obra condicionada de fora “do estrangeirismo” (cruzadas, ordens religiosas, judeus e árabes) e “um produto das aspirações do viver europeu” em resultado do desenvolvimento das economias urbanas no norte da Europa. E os portugueses teriam maior dose de cosmopolitismo do que os outros povos peninsulares. Só seria “profundamente português o que fosse como tal um cidadão do mundo”.

Orlando Ribeiro insiste na diversidade regional portuguesa, demarcando-se do determinismo étnico e buscando as raízes do Estado e da Nação, num tempo anterior ao do nascimento do novo reino. José Mattoso fala de uma “identidade construída” a partir do Estado, só tardiamente generalizada ao “homem comum”, enquanto Joaquim de Carvalho refere o “patriotismo” como “nexo que liga a consciência do indivíduo à totalidade dos seus compatriotas”, com “elementos afetivos” como “componentes primaciais”, de “escasso e ténue conteúdo intelectual”. Se virmos bem a oscilação entre um naturalismo étnico equívoco, aproveitado por conservadores e jacobinos, e um voluntarismo, usado por otimistas e pessimistas, deve-se à coexistência de fatores de “homogeneidade” humana (mercê da história, da mobilidade interna e do centralismo) e de “diversidade” geográfica (entre o Atlântico e o Mediterrâneo). No fundo, há fatores diversos e complexos, evidentes no século XIX, quando “o sistema liberal se implantou numa sociedade maioritariamente tradicional e rural, dominada por uma mentalidade aristocrática” (segundo Sérgio Campos Matos). A identidade construiu-se, de facto – do Estado para a sociedade, e depois, lentamente, da sociedade para o Estado. A resistência à política do Conde Duque de Olivares no século XVII ilustra essa tendência. Há localismo? Sim, mas protegido pelo poder central (a aliança do poder real com os concelhos, contra o alto clero e a nobreza...) – por isso se tem baseado mais em privilégios do que em responsabilidades. Há a língua e a sua projeção extraeuropeia? Sem dúvida. Mas a escolarização tardia e os efeitos da expulsão das

ordens religiosas (1834) tiveram efeitos contraditórios – incluindo a fragilidade do escol dirigente e a dependência do voluntarismo de Estado. Os lugares de unidade e os fatores de coesão são vários, indiscutivelmente. A “explicação” de Portugal não se encontra numa razão só... Mas a vontade (mais do que um destino) foi o fator que moldou, compôs e criou a identidade, como realidade que empobrece quando se fecha e renasce quando se torna cosmopolita e aberta...

Poucos países de extensão semelhante apresentam aspetos tão variados da natureza como Portugal. Do mesmo modo, poucos ostentam diferenças tão sensíveis nas floras espontâneas locais ou nas práticas e instituições agrícolas. Quem o afirmou foi o Conde de Ficalho, Francisco Manuel de Mello Breyner (1837-1903), cientista, historiador, proprietário agrícola e político, que se destacou nas diversas áreas em que exerceu atividade. Ramalho Ortigão disse dele um dia: “Tanto sabia com autoridade palaciana empunhar o seu bastão de mordomo nas funções régias, como sabia manejar no gabinete a sua pena de escritor, como sabia governar no campo o ferro de um arado na lavra de um alqueive, ou um pampilho de vaqueiro numa apartação de gado”. Este foi, porventura, o retrato mais fiel desse homem do seu tempo, ancorado na tradição familiar e com os horizontes abertos para a nova ciência. Recordamo-lo, a propósito do seu retrato de Portugal, como país de contrastes e de diferenças, onde chega a dizer que “um viajante subitamente transportado do centro do Minho ao centro do Alentejo, julgar-se-ia a milhares de léguas do ponto de partida”.

No Minho, Ficalho encontra “o verde variegado”, em vales estreitos, “com todas as nesgas de terra bem aproveitadas, o verde brilhante do milho, o verde fresco dos prados húmidos, e enquadrado por sebes vivas em que a vinha trepa pelas árvores”. E se fala do verde de Entre-Douro-e-Minho, numa paisagem limitada, mas acolhedora, pinta, nas encostas, o “verde alegre” dos carvalhos de folha caduca (que tantas vezes o lucro fácil sacrificou, teremos de dizer nós) e o “verde-escuro” dos pinheiros... Nesse tempo distante, em que éramos contemporâneos do neolítico, camponeses e camponesas cultivavam os campos – e Ficalho notava um fundo matriarcal na sociedade (“a mulher trabalha tanto ou mais que o

homem”). No norte litoral, encontravam-se os “pequenos rebanhos da pequena cultura”, nas colinas, entre os “tojos de flor dourada e as urzes floridas dum violeta rosado”. Dois ou três bois nos prados, meia dúzia de vacas ou uma dúzia de ovelhas nas encostas. A pequena propriedade, de cultura dividida e pobre, mantida pelo camponês “pouco progressivo” e pela sua prole... Em contraste, falava o conde, que conhecia o Alentejo como os dedos das suas mãos, da transição desde o norte minhoto até à planura do meio-dia – “a paisagem muda, mais árida, mais ampla, os tons são menos vivos, pois o arvoredo dominante (a oliveira e os dois carvalhos de folha persistente), são todos dum verde apagado, azulado na oliveira, acinzentado na azinheira e sobretudo no sobreiro”. Eis a charneca inculta, a perder de vista, com as “grandes estevas glaucas”, as “alfazemas prateadas”. E, no “verão do Verão”, o restolho das searas “amareleja” e os pastos vicejam sob o “azul violento do céu”. As vacas e os bois de “pelagem encarniçada” (da “cor do trigo” na expressão do povo) viviam em grandes manadas, ao lado dos rebanhos “intermináveis” de ovinos pretos, conduzidos por “pastores seminómadas”. Escasseiam as pessoas (“pastores” e “maiorais pitorescos”) e de longe em longe há grupos de trabalhadores que amanham a terra, e o que ela dá, “por conta dos grandes proprietários”, em demanda de trigo, azeite, lã e cortiça...

Este é o contraste forte que ressalta à vista e aos sentidos, mas o conde de Ficalho diz-nos que a transição é gradual. Em indo de sul para norte, as árvores mediterrâneas vão rareando até desaparecer (com a exceção de Trás-os-Montes), o tamanho dos campos vai diminuindo, o trigo vai dando lugar ao milho, o cinzento e o amarelo ao verde, e a gente vai-se tornando mais numerosa nos caminhos e nas fazendas. Da influência do Mediterrâneo vai-se passando para o Atlântico, sobretudo depois de passada a Cordilheira Central, como Orlando Ribeiro ensinou, melhor do que ninguém. E aí a Estrela é a grande referência beirã (Beira-Serra), que, no dizer de Miguel Torga, não divide, mas une e concentra: “alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão”. Aquilino Ribeiro é claro: “A serra da Estrela é uma personalidade. Descobre-se à distância de trinta léguas”. Mas, nesta “sucessão de transições” fica o verdadeiro quebra-cabeças de geógrafos e economistas

sobre a divisão regional de Portugal... Orlando Ribeiro fez, no entanto, a proposta mais prática e inteligente: encontrou duas regiões, uma litoral e outra interior, ao norte da Cordilheira Central - com o Marão a separar “dois mundos” e a Estrela a pontificar; e depois autonomizou apenas a “imensidão da terra lisa do sul”. Antero de Figueiredo diria: “cá em cima, os galaicos misturaram-se como os asturo-leoneses; lá em baixo, os lusos cruzaram-se com os mouros”. E Maria Angelina e Raul Brandão, no seu “Portugal Pequenino”, falavam da quadrícula da pequena propriedade a norte do Tejo e das extensas planícies ao sul – “com os pinheiros bravos cobrindo o terreno nas costas marítimas e vegetando no interior até às montanhas, onde só medram até certa altitude, na encosta voltada para o mar”... E qualificavam, muito justamente, o castanheiro como “a mais linda árvore de Portugal”, do mesmo modo que Aquilino (premonitório no proibidíssimo “Quando os Lobos Uivam”) dizia que nada era “mais sumptuoso que um souto em vésperas de maturação”. Infelizmente, a natureza foi violentamente contrariada e os terríveis fogos florestais de hoje são resultado de criminoso ignorância.

Esta “sucessão de transições” tem os seus misteriosos santuários. São eles: Entre-Douro-e-Minho; a cidade-estado do Porto; o dito “para lá do Marão mandam os que lá estão” (Marânus de Pascoaes); a Régua terra mágica do “vinho fino; a Beira como um todo que circunda a Estrela; “um ázimo de pão sobrenatural” que mora nos “sacrários que a Charola de Tomar sintetiza” (Miguel Torga); Sintra como prefiguração do Éden; a Arrábida (de Agostinho da Cruz a Sebastião da Gama – de que Oliveira Martins, criado nesse monte sacro, disse: “acaso não há no reino panorama nem mais belo, nem maior, nem mais nobre, nem mais variado”) e a sul, o Alentejo (com a água a mudar o panorama) e o inebriante Algarve, de Teixeira Gomes e de Sophia. Tudo sem falar das ilhas encantadas... E neste sul do sul, onde escrevo, entre Barlavento e Sotavento, Raul Brandão falava da “reverberação do sol”, do “azul mais azul” e do “branco mais branco” de uma terra levantina, a que só faltam os minaretes – “duas cores e cheiro: branco, branco, branco, branco doirado pelo sol, que atingiu a maturidade como um fruto, pinçeladas de roxo uniformes para as sombras, e um cheirinho a cemitério” – “da soteira che-

go às estrelas com a mão”. E se virmos bem tanta variedade da terra portuguesa formou um povo bastante homogêneo, cujas idiosincrasias não induzem divisões insanáveis. Pesa talvez o individualismo atávico, que leva ao funcionalismo burocrático e à adoração do Estado messiânico, o melhor protetor e o melhor bode expiatório para todos os males. Daí funcionar o centralismo (que permitiu a unidade Brasil), que teve como melhor aliado, ao longo dos séculos, um municipalismo de forais e privilégios, contra as veleidades da nobreza e do alto clero. E assim a variedade do território contrasta com a proximidade das gentes, numa história de migrações internas ditadas pela pobreza agrícola e de fuga para as grandes cidades, a começar na Lisboa mítica, porta de todos os Eldorados fictícios...

5. Um país que se identifica

A permanência e a estabilidade de fronteiras bem como a consolidação gradual da identidade têm a ver com a vontade coletiva e com a dialética complexa entre “vetores de divergência e fatores de integração”. O tempo longo sempre nos reserva inúmeras surpresas. Trata-se de procurar compreender os grandes movimentos, as sínteses fundamentais, para além dos elementos circunstanciais que variam no imediato. José Mattoso estudou o tema, à luz da moderna historiografia, procurando vê-lo com os olhos do nosso tempo - menos na lógica de uma determinação ou de um destino e mais na confluência entre múltiplos elementos estruturais e conjunturais. A consciência coletiva da nacionalidade corresponde, assim, a um processo longo e progressivo. Há uma cadeia de factos históricos cuja articulação conduz à maturidade do fenómeno nacional. “De facto, mais do que exaltar a Pátria, interessa-me (diz-nos José Mattoso) o relacionamento dos Portugueses uns com os outros”. E, após a investigação realizada, o historiador confessa que “a resposta do passado medieval, pelo menos a que ouvi, foi esta. Portugal é irredutível e simultaneamente uno e múltiplo. A História convida-nos a viver as incomodidades daí decorrentes e a tentar tirar delas algum partido”. Assim se exprime o autor da obra referencial contemporânea sobre as origens de Portugal (de 1096 a 1325) - *Identificação de um País*, Estampa, 1985. Ao estudarmos a História da Cultura Portuguesa

é essa a nossa atitude – na resposta à pergunta essencial: Quem Somos? Essa identificação é, afinal, a continuação pelos caminhos da História daquilo que Orlando Ribeiro investigou e ensinou, de forma modelar, na geografia humana - a partir da referência a duas áreas diferentes que persistem em manter-se unidas, ao longo dos séculos - “um Norte populoso, acidentado e conservador”, o Atlântico e a sua influência e “um Sul de habitat aglomerado, plano e progressivo”, o Mediterrâneo e a sua demonstração.

Para compreendermos o período da formação de Portugal devemos, nessa perspetiva, não só ter presente as raízes antigas (de um complicado cadinho ou *melting pot*), nas quais geografia e história se associam, mas também a chave cronológica apresentada por José Mattoso para o momento crucial da formação da nacionalidade, onde encontramos seis períodos, ao longo dos quais vamos verificando a consolidação gradual da identidade política social e cultural portuguesa, enquanto realidade una e múltipla. No primeiro momento, 1096-1131, o poder condal começou a organizar-se à semelhança das monarquias com o estabelecimento de uma relação direta e estável com a aristocracia senhorial e as comunidades municipais, criando-se uma nova instância política que reunia os condados de Portucale e de Coimbra (tendo este último sido aliado dos reinos muçulmanos desde as invasões de Almançor – c. 938-1002; e governado pelo moçárabe Sisnando – Sisnando Davidis, falecido em 1091). Entre 1131 e 1190, D. Afonso Henriques, vencedor de D. Teresa em S. Mamede (1128), à frente dos barões portugalenses, estabeleceu a sua sede estratégica em Coimbra e ampliou o território português para mais do dobro, sofrendo, no entanto, a forte pressão das invasões almorávidas, na tentativa de recuperação dos territórios perdidos. De 1190 a 1223 houve a ocorrência da crise económica em resultado dos maus anos agrícolas, tendo D. Afonso II lançado medidas de centralização do poder real, com reforço da aliança aos concelhos, opondo-se à influência fragmentária do alto clero e da nobreza. Em relação ao período 1223-1248, houve uma fase muito difícil, pelas repercussões de uma nova crise económica e da peste, pela eclosão da guerra civil, caracterizada pela extrema fragilidade do poder de D. Sancho II e pelas contradições no seio da nobreza senhorial. Relativamente

“O Conde D. Henrique e os seus sucessores garantiram um fator de segurança e de continuidade com resultados positivos de consolidação do poder, pela reunião dos poderes locais”

aos anos 1248-1279, D. Afonso III, o conde de Bolonha, emergiu fortalecido da guerra civil e prosseguiu, com muita determinação e sistematicamente, a ação centralizadora do Estado contra a afirmação dos senhores da terra e do clero - ao lado dos concelhos -, completando a conquista do território até ao Al-Gharb. Por fim, de 1279 a 1325, desenvolveu-se a ação de D. Diniz, desde a continuidade centralizadora do poder real e da fixação de fronteiras (Tratado de Alcanizes, de 1297) até ao reforço do poder militar e naval com a nomeação do genovês Manuel Pessanha como Almirante das Armadas, passando pela adoção da língua portuguesa na chancelaria, pela fundação da Universidade Portuguesa (o Estudo Geral), pela afirmação da influência do Direito Romano, pelo entendimento de que os habitantes do Reino são vassallos naturais do rei, sem intermediações (como defendera já Afonso X), pela proibição dos nobres armarem os cavaleiros vilãos dos concelhos ou ainda pela criação da Bolsa de Mercadores e pela intensificação do comércio com a Flandres, Inglaterra e França.

Através deste caminho, de afirmação muito segura do Reino, fica bem explícito o risco acrescido das missões cometidas aos Condes de Portucale na conquista e consolidação de posições, em confronto direto com as forças muçulmanas. E assim o Conde D. Henrique e os seus sucessores garantiram, através da reunião dos poderes locais, um fator de segurança e de continuidade com resultados positivos na consolidação do poder, de que beneficiaram os

reinos cristãos, em contraste com as divisões e o descontentamento existentes sob o domínio almorávida... Importa lembrar, aliás, que a criação do condado portugalense destinou-se “não só a criar uma instância de comando militar capaz de fazer frente às investidas almorávidas, que se tornaram especialmente perigosas nos anos de 1093 e 1094, mas também a vencer a resistência regional à autoridade de Afonso VI. De facto, a entrega do condado a um francês protegido por Cluny e a nomeação de vários bispos franceses, logo de seguida, para as dioceses de Braga e de Coimbra, constituíram um conjunto de medidas com propósitos políticos intimamente relacionados entre si!” (p. 65). O sucesso militar e político do Conde veio, deste modo, a criar uma autoridade indiscutível que permitiu ao Reino de Portugal surgir ao lado de Leão e Castela e de Aragão como protagonista na segunda vaga das autonomias dos reinos cristãos. Recorde-se que a primeira tinha ocorrido entre 950 e 1050, tendo como atores fundamentais Castela, Aragão e Navarra.

Compreende-se a importância de o Norte Atlântico ser “a região por excelência do regime senhorial” e de as áreas mais montanhosas do Norte Interior e do Sul Mediterrânico coincidirem com a “implantação maciça das comunidades organizadas em concelhos”. Afinal, a receita para o sucesso político de Henrique de Borgonha e dos reis portugalenses advém da arguta compreensão desta diferença e desta complementaridade. Há, de facto, uma “dialética constante entre os vetores da divergência e os movimentos da integração”. E a integração acaba por prevalecer, por força das migrações, do progresso económico ou da organização social e do poder político. Eis como José Mattoso, com base numa investigação essencial que articula os diversos elementos já conhecidos, faz a ponte entre as duas influências portuguesas - superando, assim, o velho entendimento dos Nobiliários, sobretudo preocupados com o nexo gótico e com o predomínio exclusivo dos reinos cristãos. O Estado, que precedeu a Nação, progrediu para além desse entendimento - compreendendo os mais influentes monarcas portugueses a importância das diferenças sociais e étnicas, do moçarabismo, da fragmentação dos reinos taifas e do descontentamento crescente que ia germinando no sul.

O papel da guerra externa foi, assim, funda-

mental para a consolidação da nacionalidade. E o facto de o reino ser de fronteira pesou fortemente na relação exigente entre o estímulo e a resposta. Além disso, a expansão para sul permitiu resolver a conflitualidade entre os membros da nobreza, dando-lhes novos espaços de influência. Os excedentes demográficos de Entre-Douro-e-Minho puderam ser absorvidos e as importantes cidades conquistadas (nas quais avultam Santarém e Lisboa) tornaram-se centros económicos muito relevantes e novos mercados para a sociedade agrícola e comercial. O facto dos concelhos moçárabes (base do municipalismo, segundo Herculano) se terem deixado encabeçar por D. Afonso Henriques tornou-se, por outro lado, garantia de estabilidade e de uma boa defesa fronteira - baseadas na cedência ao rei de prerrogativas na justiça e no fisco, em troca de não terem de se submeter aos poderes senhoriais e da Igreja. Em bom rigor, o Estado nasceu, porém, apenas com Afonso II, e com o seu chanceler Julião, sendo ameaçado pela expansão senhorial do reinado de Sancho II, a que Afonso III pôs cobro. No fundo, o Estado - identificado com o poder real - engendrou lentamente a nação, unindo populações, contrariando a fragmentação, mobilizando forças e dando um sentido à ação coletiva. E assim se entende que na crise de 1383-85 tenhamos uma guerra nacional e não tanto um conflito entre senhores. É a consciência nacional que surge, encontrando as suas fronteiras e os seus símbolos - que deixam de significar a identificação de um poder real, para representar a identidade dos portugueses... O método de *Identificação de um País* recusa as explicações tradicionais ou mitológicas. Centra-se nos factos, na concatenação dos acontecimentos e das vontades, no processo longo de maturação da *consciência nacional*. As simplificações são postas de parte. As características da “portugalidade” são vistas como fenómenos complexos que não podem resumir-se a um dilema estreito, por exemplo, entre os que “tendem a estreitar os laços com a Europa” e os que projetam “Portugal para fora dela”. Os traços da nossa identidade baseiam-se num equilíbrio ou numa síntese que exige a compreensão das diferentes raízes e de um percurso histórico longo e multifacetado.

Pode dizer-se que foi na viragem dos séculos XIII para XIV que o reino de Portugal reforçou a sua posição na Europa e no contexto

peninsular. D. Afonso III, o Bolonhês, revelou excepcionais qualidades políticas e militares, como bom conhecedor da Europa e das melhores práticas governativas, quer em virtude da sua experiência em França, onde viveu durante 16 anos – sob a influência de sua tia D. Branca de Castela (1188-1252) e, mais tarde, ao lado de seu primo, Luís IX (S. Luís) rei de França, junto de quem ganhou fama de excelente homem de armas – quer ainda pelo facto de ter acompanhado sua irmã D. Leonor, falecida muito jovem, como rainha da Dinamarca (1211-1231). Esse conhecimento e as qualidades que tinha permitiram no seu reinado ter tomado medidas fundamentais para a afirmação de um reino moderno e precursor em muitos domínios – abrindo caminho ao reinado extraordinariamente fecundo de D. Dinis. Por exemplo, as Cortes de Leiria de 1254 são um momento fundamental, por serem as primeiras que contam com a participação do Terceiro Estado – o Povo, fator premonitório na configuração da legitimidade política no final da Idade Média. Com especial significado, em termos práticos, para a afirmação do reino de Portugal, merece referência a conquista do Algarve e o complexo processo que conduziu ao seu reconhecimento. Em 16 de fevereiro de 1267, foi firmada a Convenção de Badajoz entre o rei de Castela Afonso X, o Sábio (poeta maior do galaico-português), e o rei de Portugal, Afonso III. Este assumira a legitimidade real, após a guerra civil, que o opusera a seu irmão D. Sancho II, deixando o condado de Bolonha. O acordo firmado em Badajoz estabelecia que daí para o futuro o rei de Portugal renunciaria a qualquer direito sobre os territórios entre o Guadiana e o Guadalquivir a favor do rei de Castela, seu sogro, desde que desposara sua filha D. Beatriz em 1253. Assim, foram cedidas as terras de Arcoche e Aracena – estabelecendo-se que da confluência do rio Caia à foz do rio Guadiana, o limite da fronteira entre os domínios dos dois monarcas seria este curso de água. A norte de Elvas, as terras de Arronches e Alegrete ficariam pertencendo ao rei de Portugal e ao de Leão e Castela as de Marvão e Valença de Alcântara. Afonso X renunciava, deste modo, definitivamente ao reino do Algarve, ordenando que se fizesse a entrega imediata ao rei de Portugal dos castelos ainda à guarda dos seus lugares-tenentes. A Convenção de Badajoz, permitiu começar a regularizar a fronteira

que seria estabelecida definitivamente por D. Dinis em Alcanizes, faltando ainda incorporar no reino de Portugal a comarca de Riba Coa. Este acordo de Badajoz, assumiu especial importância, pois deu a D. Afonso III o papel crucial de definidor do Reino de Portugal – não apenas nos seus limites essenciais, mas na sua organização política, económica, cultural e administrativa, com novo centro de poder em Lisboa, em lugar de Coimbra. Para compreender o significado pleno deste papel, temos de recordar que o reino do Algarve (Al Gharb do Al-Andaluz, ocidente da Andaluzia) coincidia parcialmente, a oeste, com a antiga taifa ou reino de Niebla, que tinha permanecido depois da conquista de Sevilha por Castela nas mãos de Ibn Mahfut. Este, para salvaguardar a sua autonomia, manifestamente precária, declarou-se vassalo do rei de Castela, Afonso X, desde 1253, tendo reconhecido em 1262 a definitiva perda da independência. No entanto, ainda antes de Afonso X ter sucedido a Fernando III, em 1252, já Afonso III de Portugal tinha concretizado a conquista do Algarve, em 1249. Tal não teve, porém, reconhecimento de Castela, em virtude de compromissos assumidos com o rei deposto Sancho II, o que motivou que Afonso X, uma vez aclamado, tenha tomado medidas no sentido da afirmação da soberania sobre o Algarve – pedindo mesmo pessoalmente à Santa Sé a restauração do bispado de Silves. O conflito entre os dois monarcas apenas foi atenuado a partir do casamento de Afonso III com D. Beatriz, filha de Afonso X (1253). O casamento com a condessa de Bolonha, D. Matilde, foi declarado nulo pelo Papa para permitir a solução política que consolidou os poderes do rei de Portugal. Apesar de tudo, ainda em 1254 Afonso III protesta com veemência contra os atos unilaterais de Afonso X em território algarvio, no tocante à posse de Lagos, Albufeira, Faro, Tavira e Silves. O Papa apela, entretanto, a um acordo efetivo e Afonso III parece aceitar uma solução jurídica transitória – Afonso X continuaria a considerar-se Senhor feudal do Algarve, mas Afonso III reivindicava o domínio efetivo do território. Em 1261, nasce o futuro rei D. Dinis, sendo em 1263 nomeada uma comissão entre os dois reinos para tratar da divergência de fronteiras. Em 1264, Afonso X cede, porém, às pretensões portuguesas e atribui os seus direitos a seu neto D. Dinis, por ser de seu sangue, estabelecendo

uma contrapartida de cinquenta lanças. Essa solução seria, contudo, transitória até à celebração da Convenção de Badajoz. À definição da fronteira, associa-se a institucionalização política, jurídica e administrativa de Afonso III, reconhecido como rei de Portugal e do Algarve. É o tempo da nomeação de um Bispo pelo rei de Portugal, Frei Bartolomeu, bem como da centralização da coroa, da política anti senhorial e da aliança do poder real com os Concelhos por contraponto aos poderes do Alto Clero e da Alta Nobreza – que Sancho II não tinha assegurado, enfraquecendo a independência do Reino. O antigo reino de Niebla ficou, assim, dividido pelo rio Guadiana, cabendo ao rei de Portugal o Algarve. Com a morte de Afonso X, sua filha D. Beatriz, como testamenteira, ainda foi designada para receber o reino de Niebla, num afloramento do conflito com Sancho IV. D. Dinis, sucedendo a seu pai (1279), garantirá plenamente a orientação do «Bolonhês», reforçando-a definitivamente – pela prevalência centralizadora e redução dos poderes senhoriais, pela fronteira e pela língua. D. Afonso III consolida o poder real e a Administração pública, torna-se Rei de Portugal e do Algarve, escolhe Lisboa como sede do poder real e prenuncia as grandes reformas de seu filho, D. Dinis.

D. Dinis, sucessor de D. Afonso III, aproveitou o conflito com Castela para reforçar a sua posição e para lançar um conjunto de medidas que definiram a organização política do reino e contribuíram decisivamente para criar uma identidade e uma consciência coletiva. Quando, em 12 de setembro de 1297, em Alcanizes os monarcas de Portugal e Castela acordaram no estabelecimento de fronteiras entre os dois reinos, estavam porventura longe de compreender o alcance desse seu ato – por um lado, abriam caminho ao entendimento de que as fronteiras tinham uma importância territorial e, por outro, marcavam os limites mais estáveis e duradouros do continente europeu. A instabilidade do momento, sob os efeitos da morte de Afonso X, a guerra civil castelhana, as reivindicações do malogrado Sancho IV, a sucessão extemporânea do filho deste, Fernando IV, ainda criança, a regência de D. Maria de Molina, viúva de Sancho IV, não permitiam antever a longa vigência desse entendimento, chegado aos nossos dias... D. Dinis aliara-se a Aragão e apoiara os infantes D. João e D. Afonso de La Cerda. Chegara a

ir, em 1296, de Salamanca a Tordesilhas e a Simancas, mas não ousara avançar para Valladolid... então recuou até aos castelos de Ribacoa, ainda sob jurisdição leonesa, e redefiniu assim as bases da nova fronteira. Essas praças juntar-se-iam a Olivença, Campo Maior, Ouguela, S. Félix de Galegos, Moura e Serpa. Portugal desistia de Aroche, Aracena e Aiamonte e o rei prometia fazer o casamento de sua filha D. Constança com Fernando IV, oferecendo trezentos cavaleiros para combater D. João de La Cerda. É certo que o português ainda tentou perceber se poderia ter mais ganhos de causa. Chegou mesmo a propor a D. Maria de Molina que D. João fosse aclamado rei da Galiza, mas sem êxito. Esperou no Sabugal, a ver como decorriam os acontecimentos, mas tudo culminaria nas bodas de D. Constança com Fernando IV, em janeiro de 1302, selando o acordo de paz e de ajuda, que de facto se cumpriu...

O Tratado de Alcanizes é um símbolo. É o Tratado de Fronteiras mais antigo da Europa. Castela e Aragão reconheciam a D. Dinis uma autoridade inequívoca. A *Crónica de 1344* recorda, aliás, a solene comitiva de mais de mil nobres que o rei de Portugal levou à fronteira castelhano-aragonesa, em junho de 1304, por ocasião da arbitragem a que foi chamado. A ocasião foi aproveitada para selar um solene tratado de paz envolvendo os três reinos, Portugal, Castela e Aragão. O prestígio de D. Dinis não precisava demonstração e não tardaria a fazer-se ainda o consórcio do infante D. Afonso com D. Beatriz, irmã de Fernando IV. Não foram regateados ajudas e apoios (de muitos maravedis), nos domínios militar e político, sendo de destacar o tão importante pacto (extensivo a Aragão) de defesa e conservação dos bens da Ordem dos Templários, perante os ataques de Filipe, o Belo, rei de França, e depois do papado, num entendimento que culminaria em 1319 na fundação em Portugal da Ordem de Cristo.

Pode dizer-se que foi na viragem dos séculos XIII para XIV que o reino de Portugal reforçou a sua posição no contexto peninsular. Depois da guerra civil, que opusera o fraco D. Sancho II a D. Afonso III, prevaleceu uma política de aliança com os concelhos e de reforço destes, para limitar o poder e a influência do alto clero e da alta nobreza. Na fórmula consagrada na moderna historiografia: o Estado precedeu a Nação e a vontade política cons-

truiu Portugal... Entretanto, o longo conflito com a Santa Sé em matéria eclesiástica (1267-1290) foi solucionado por D. Dinis – levando à clarificação dos poderes do rei, dos concelhos e dos bispos, quanto a privilégios eclesiásticos, coordenação de alçadas das autoridades judiciais civis e cobrança de dízimos municipais. As relações com os bispos tornaram-se mais pacíficas, mas ficou clara a importância da articulação entre a Coroa e os concelhos e contrariada a excessiva concentração fundiária pelo clero.

O êxito de D. Dinis deveu-se essencialmente ao prestígio que alcançou, já que manteve, no essencial, as orientações de seu pai. A regularização das receitas públicas e o crescimento económico permitiram ainda a existência de capacidade financeira para custear as ações militares externas (e os conflitos internos com a alta nobreza). O prestígio foi, assim, conseguido na ação ibérica, mas também na política interna: de reordenamento do aparelho administrativo; de atribuição de forais aos municípios; de acompanhamento das comunas judaicas e de “mouros forros”; de regularização na cobrança das receitas; de fomento das atividades agrícolas e comerciais; de concessão de feiras francas (no Douro e na estrada da Beira); de realização de Inquirições Gerais e de afirmação de reserva para o rei da distribuição de poderes e dons aos membros da corte; de adoção de novas regras de recrutamento militar nos concelhos (“besteiros de conto”); da nacionalização das Ordens religiosas militares (Santiago, Templários/Cristo); da criação de coutos de homiziados, que previam o cumprimento de penas em zonas fronteiriças pouco povoadas; da concretização de uma lei sobre tabeliães e selos dos concelhos; da criação da bolsa de mercadores para apoio aos portugueses que comerciavam em França, Inglaterra e Flandres, na proteção da atividade mineira (ferro, mercúrio, ouro...); e da nomeação do genovês Manuel Pessanha para o comando da frota real (1317).

O casamento em junho de 1282 com D. Isabel (Rainha Santa), filha de Pedro III, o Grande, de Aragão, permitiu uma ligação diplomática e económica fundamental. Temos de recordar a importância da influência franciscana, a abrir novos horizontes e mentalidades, e uma nova visão do mundo e da história. Como salientou Jaime Cortesão, as festas do Espírito Santo nos Açores ou no Brasil

(e no Penedo, em Sintra) são uma sequência da presença franciscana a partir da Rainha Santa Isabel. Por outro lado, deve lembrar-se o messianismo de Joaquim de Flora, frade calabrés, que considerava, depois das Idades do Pai (Antigo Testamento), do Filho (Novo Testamento), uma idade do Espírito Santo, de que a festa de Pentecostes é a celebração suprema, com a coroação de um Menino e organização de um bodo (sopa do Espírito Santo, carne de boi, massa sovada...) para todos. As artes e as letras tiveram neste tempo um desenvolvimento ímpar. A Biblioteca de D. Dinis é um exemplo notável de abertura de espírito, de curiosidade intelectual e de sensibilidade (ou não fosse ele um notável poeta, na linhagem de seu avô, o Sábio). O Estudo Geral, futura Universidade, referenciado em 1 de março de 1290, constitui indicador de que a autonomia política necessária da capacidade para a criação de uma elite intelectual, de clérigos e leigos (homens de leis, hoje juristas), apta a corresponder às novas exigências de uma Administração pública centralizada e exigente, sem recurso a instâncias estrangeiras. E, por volta de 1296, a adoção da língua vulgar (o galaico-português) nos documentos oficiais da chancelaria constituiu outra medida de profundo alcance, com consequências no desenvolvimento da língua portuguesa, que assim se reforçou e se enriqueceu. A medida levou à consagração da prevalência da instância civil sobre a eclesiástica. Fronteira, língua, Estudo Geral, independência económica (agricultura, marinha e pesca) definem ventos novos a soprar nesse momento de reforço da “autonomia política e cultural”. O Estado constituiu-se e a Nação começou a consolidar-se. A memória de Alcanizes invoca aquele a quem Fernando Pessoa chamou o “plantador de naus a haver”, fundador da nova potência marítima...

(continua)

6. Bibliografia

Guilherme d'Oliveira Martins, *Portugal, Identidade e Diferença – Aventuras da Memória*, (Gradiva, 2007), pp.11-22.

Idem, *Ao Encontro da História – O Culto do Património Cultural*, (Gradiva, 2018), pp.74-99.

Idem, *Património Cultural – Realidade Viva* (FFMS, 2019).